

Pedro Dalle Nogare



Antropologia Filosófica e Libertação do Homem*

INTRODUÇÃO

Podem-se encontrar em Santo Tomás de Aquino os elementos fundamentais para a elaboração de uma Antropologia Filosófica (A. F.), embora, ou pelo próprio fato de que o centro de sua especulação fosse Deus, não diretamente o homem. Porque como falar em Deus sem falar no homem, que é, segundo a afirmação de Santo Ireneu (Ad. haer., IV, 20, 5-7), a expressão da própria glória de Deus: "Gloria Dei vivens homo"?

De nossa parte, tentamos uma singela síntese desta antropologia, num artigo publicado na revista "Presença Filosófica" (1974, números 1, 2, 3, pp. 100-113). Mas advertimos concluindo aquele artigo: "Será, então, que Santo Tomás oferece uma filosofia acabada da pessoa humana? Sim, no sentido de que oferece alguns princípios básicos, que nos parecem válidos também hoje. Mas é evidente que uma filosofia completa da pessoa humana não pode desconhecer as múltiplas e valiosas contribuições da ciência e filosofia posteriores. O pensamento humano não pára. Querer identificar a verdade total com

um sistema qualquer, ou tomista, ou kantiano, ou hegeliano, ou marxista, é negar uma das características principais da pessoa humana, que é a busca contínua e gradual aquisição da verdade, e é negar também um dos traços mais marcantes da personalidade filosófica de Santo Tomás, que foi para seu tempo um pensador revolucionário, que procurou a verdade onde quer que se lhe apresentasse, também em fontes consideradas pelos ortodoxos da época como suspeitas e heréticas, e que proclamou sem rodeios que as opiniões dos filósofos valem não pelo peso de sua autoridade, mas pela força de suas argumentações" (Ibidem, p. 113).

Aliás, não se trata só de novas contribuições da ciência e da filosofia, mas das retificações, desenvolvimento e enriquecimentos, levados pela própria história da humanidade. J. Maritain, em "Sobre a Filosofia da História" (SP, Herder, 1962, p. 34), embora criticando Hegel, observa que: "Houve em Hegel, como em todo grande filósofo, uma intuição básica ligada à experiência, à realidade e não simplesmente a 'entia rationis', às entidades racionais de sua dialética. E essa intuição básica pode ser descrita como a mobilidade e a inquietude essenciais à vida e, especialmente, ao ser do homem, que jamais é aquilo que é e é sempre aquilo que não é. Em outras palavras, poderíamos dizer que é a intuição da *realidade como história*, isto é, como mobilidade, fluxo, eterna mudança".

Se assim é, também o homem é história, e a própria consciência do homem é história, isto é, nunca são realidades acabadas e definidas de uma vez, mas sempre em evolução. Todo mundo conhece uma das teses centrais de Marx, e também de muitos sociólogos não ligados ao marxismo: "Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é seu ser social que determina sua consciência" (no Prefácio à "Crítica da Economia Política"). Se isso é verdade, será necessário provar que a situação social do homem, da Idade Média para cá, mudou profundamente e que, conseqüentemente, mudou profundamente — não essencialmente — a consciência do homem, seu modo de ser, de ver os outros e a si mesmo, e que, pois, não podemos absolutizar a antropologia tomista, mas que ela precisa ser revista, aprofundada e completada? E — sempre coerentemente com o mesmo princípio — que nem sequer hoje podemos escrever a antropologia definitiva, colocando o ponto final nela, porque há sempre muitos conhecimentos para reinterpretar e acrescentar?

Aliás, justamente, uma das novidades em fato de A. F., é a criação da própria denominação e disciplina: "Antropologia Filosófica".

* Comunicação enviada ao CONGRESSO MUNDIAL DE FILOSOFIA CRISTÁ, realizado em Embalse (Córdova — Argentina) de 21 a 28 de outubro de 1979.

Evidentemente, o estudo e a reflexão sobre o homem existem desde quando existem homens e pensadores. É só examinar as admiráveis pinturas dos habitantes das cavernas e os dispersos fragmentos dos primeiros sábios. Mas, a denominação de A. F. como parte da filosofia que estuda o homem, não parece ir além do século XVI, e é usada muito raramente, só por especialistas e pesquisadores, enquanto sua introdução no curso de filosofia como disciplina especial é muito recente. Neste sentido a A. F. está em sua infância. Só há pouco tempo se fala e se publica correntemente sobre Antropologia Filosófica. Um dos primeiros a vulgarizar o termo foi o Cardeal Mercier, que em seu Curso de Filosofia substituiu o nome de Psicologia pelo de Antropologia, querendo mostrar que iria tratar não somente da alma do homem, mas da alma e do corpo (cfr. Jolif, "Compreender o Homem", Herder, 1970, p. 103).

Mas, o fato mais sintomático não é tanto a aparição do nome e da disciplina A. F. quanto a constatação de que efetivamente — com ou sem o rótulo de A. F. — nunca se escreveu tanto sobre o homem e humanismo, como nestas últimas décadas. Isso é evidente para quem tem só um conhecimento superficial da produção filosófica moderna e contemporânea. Seria interessante indagar as razões desta floração exuberante de estudos antropológicos e desta difusa preocupação e quase angústia humanista. Um início de investigação sobre esse fenômeno tentamos numa apostila não publicada, e outros pensadores (de bem maior estatura intelectual do que a nossa) trataram do assunto. É lógico que toda essa reflexão sobre o homem, fundada sobre novos dados científicos, tem trazido enriquecimentos e aprofundamentos do tema "Homem", verificando-se, também neste assunto, o tema do presente Congresso "Vetera novis augere et perficere".

ALGUMAS CARACTERÍSTICAS FUNDAMENTAIS DA ANTROPOLOGIA FILOSÓFICA CRISTÃ

Humilde e aberta

Uma A. F. cristã não pode ser abstrata e utópica, mas deve responder à realidade e verdade. Por isso ela deverá ser antes de tudo uma antropologia humilde. São freqüentemente citadas as palavras de Heidegger: "Nenhuma época acumulou, como a nossa, conhecimentos tão numerosos e tão diversos sobre o homem. Nenhuma época conseguiu apresentá-los de maneira que nos atingissem tanto. Nenhuma tornou esses conhecimentos tão pronta e facilmente acessíveis. Mas, também, nenhuma época soube menos o que é o homem. A nenhuma pareceu ele tão misterioso" (Kant e o problema da Metafísica).

Coincidem com essas afirmações — e talvez foram inspiradas por elas — as palavras de João Paulo II no discurso de abertura da Conferência de Puebla, em 28 de janeiro de 1979, “Talvez que uma das mais aparentes debilidades da civilização atual esteja numa inadequada visão do homem. A nossa época é, sem dúvida, aquela em que mais se tem escrito e falado sobre o homem, a época dos humanismos e do antropocentrismo. Por outro lado e paradoxalmente, é também a época das mais profundas angústias do homem pelo que respeita à sua identidade e ao seu destino, época do rebaixamento do homem a níveis antes insuspeitados e época de valores humanos espezinhados como jamais o terão sido anteriormente”.

Efetivamente temos que admitir que filosofia e ciências acumularam, nestes últimos séculos, muitos dados e conhecimentos em relação ao homem, mas que o mistério do homem, em lugar de diminuir, tornou-se cada vez mais denso. Será necessário exemplificar? Nós não temos ainda um conhecimento claro de como são unidos e interagem alma e corpo no homem. Todas as tentativas dos filósofos até agora resultaram ou em deduções metafísicas e constatações da experiência comum (tipo a doutrina aristotélico-tomista, que nós consideramos ainda a mais válida neste problema), ou em explicações artificiais e absurdas (tipo a de Descartes, Espinosa, Leibnitz). Aliás, hoje, nem sequer sabemos o que é exatamente matéria e espírito. Também os limites exatos entre determinismo e liberdade e a medida de sua influência no homem, será que alguém conseguiu determiná-los? E quem pode dizer com certeza quais os sentimentos que prevalecem no homem, se o egoísmo ou o amor, a agressividade ou a sociabilidade?

Poderíamos continuar nesta lista. Mas estimamos que os exemplos dados, que se relacionam a aspectos fundamentais da realidade humana, podem bastar para nos tornar cautelosos quando dissertamos sobre o homem.

Justamente por esta consciência de seu inacabamento e inadequação, a A. F., ou melhor, o filósofo que fala e escreve sobre a A. F., deveria assumir e manter-se numa atitude de abertura, disponibilidade e receptividade às críticas por um lado e aos enriquecimentos por outro, que lhe são oferecidos de fora, pelas ciências, pela filosofia, pela própria vida e história, como já observamos na introdução.

Há alguns princípios solidamente fundados e aceitos quase universalmente pelos pensadores humanistas. Por coincidência, podemos reconduzi-los aos princípios que, a nosso ver, caracterizam a antropologia tomista:

- a) A pessoa humana é o ser mais perfeito do universo;
- b) ela tem um valor absoluto;
- c) este valor absoluto atinge a sua realização plena só pelo amor.

Parece-nos que eles continuam perfeitamente válidos também hoje. Mas como mudou seu sentido e aplicação!

a) A pessoa humana é o ser mais perfeito do universo. Mas isso não comporta de jeito nenhum, ser ela o centro físico do universo, como pensavam os antigos. O geocentrismo foi definitivamente sepultado com Cópérnico e Galileu. Geográfica e espacialmente o planeta Terra, não passa, na imensidão do universo, de um pontinho quase invisível, e o homem um dos seres mais humildes e fracos. A própria alma e racionalidade, que elevam o homem sobre todas as outras realidades, já não se pode entender como muitos antigos as entendiam: como pura espiritualidade, inteiramente separada ou até oposta à materialidade. Este dualismo radical, este "angelismo" de origem platônica, já posto em questão por Pascal, foi demolido por inúmeras descobertas e pesquisas modernas. Entre elas, as mais revolucionárias e conhecidas são as seguintes: o transformismo de Darwin; o papel predominante da economia na sociedade e na história, realçado por Marx; a influência subterrânea e imperceptível na atividade humana do inconsciente e subconsciente, pesquisados por Freud.

Ao mesmo tempo, porém, a ciência oferece hoje elementos para recuperar de outro modo, para o homem, o domínio perdido do universo (lembramos aqui o terceiro infinito de Teilhard de Chardin: a infinitude em complexidade), e para valorizar sua racionalidade e espiritualidade, que parecem ficar contaminadas e diminuídas pela ligação com a matéria, revelada pelas modernas descobertas. Por exemplo, aparece cada vez mais clara a superioridade essencial e substancial do modo de ser e de agir do animal, muito embora se torne cada vez mais evidente a continuidade orgânica entre eles. Aliás, há um conjunto de descobertas científicas e reflexões filosóficas recentes, que tendem a desmaterializar, a "espiritualizar" (entre aspas) cada vez mais a matéria (lembrem-se a célebre fórmula de Einstein $E = mc^2$ e o surpreendente indeterminismo de Heisenberg), até o ponto de concebê-la como uma cristalização ou solidificação do espírito (segundo Teilhard, mas não somente ele), concluindo daí por uma visão do universo fundamentalmente espiritualista e não materialista. Problemas formidáveis, que estão acima de nossos atuais conhecimentos. Mas o que se pode afirmar com certeza é que as recentes pesquisas da física nuclear e da genética, bem longe de confirmar qualquer tipo de materialismo mecânico ou dialético,

encaminham os cientistas para perspectivas "espiritualistas", de novo entre aspas, porque não encontramos uma palavra que expresse uma realidade, que está entre o material e o espiritual, no sentido tradicional destas palavras.

b) Quanto ao segundo fundamento da A. F. antiga, bem longe de registrar falhas e perdas, avolumam-se ganhos e lucros notáveis. Já observávamos em nosso livro: "Humanismo e Anti-Humanismos" (Petrópolis, Vozes, 5ª ed., 1979, p. 60) que diante da esplêndida doutrina tomista e cristã, em geral, da pessoa como valor absoluto "fica-se surpreendido quando o mesmo doutor do valor absoluto nos apresenta seu conceito de mulher, que para ele não passaria de um macho falido (S. Th., I, p. 92, a. 1, ad. 1.), ou também quando o vemos conformar-se com a praxe corrente de admitir escravos (S. Th., II II, q. 57, a. 3, ad. 2; q. 81, a. I, ad. 3.)". Doutrinas e costumes que hoje despertam estranheza e repulsa, muito embora fiquem explicadas pela cultura do tempo.

Sobretudo nem se pode comparar a consciência e exigência antigas do respeito dos direitos humanos — o corolário prático do valor absoluto da pessoa — com a consciência e exigência que se tem deles hoje. Aqui o avanço foi tal que só pode ser comparado com o passo dado pelo homem sobre a Lua. Mas como é assunto conhecido por todos, não vamos nos deter sobre ele. Outro problema é o da observância efetiva dos direitos humanos: será mesmo que temos progredido neste campo? Deixamos a resposta aos leitores.

c) Também, quanto ao terceiro item da A. F. antiga e cristã: o amor autêntico, expressão máxima do valor absoluto da pessoa, há profundas mudanças de perspectivas. Neste amor os contemporâneos incluem também e, sobretudo, o amor sexual, vivido segundo suas dimensões autenticamente humanas, enquanto para muitos antigos — não todos — o que valia verdadeiramente era o amor do homem por Deus ou o amor dos homens pelo amor de Deus. O amor sexual era considerado um obstáculo à perfeição da pessoa, quando não uma sujeira, unicamente justificado por sua finalidade: a perpetuação da espécie humana. Também aqui é desnecessário deter-se em explicações: todo mundo está a par desta mentalidade de alguns séculos atrás.

Mas há outro ponto fundamental em que salta aos olhos uma distinção de fundo entre os antigos e os modernos na compreensão da sexualidade. Para os primeiros, ela se reduzia a uma função da pessoa, importante, sem dúvida, porque ordenada à perpetuação da espécie, mas uma simples função, visando uma finalidade extrínseca, a qual, portanto, não afetava diretamente e intrinsecamente a pessoa. Hoje, o conceito de sexualidade mudou radicalmente, e não somente junto dos "libertinos", no sentido pasca-

liano, mas dos cristãos autênticos e das próprias autoridades hierárquicas da Igreja. Deixemos de lado, mais uma vez, o suspeito Teilhard de Chardin e releiamos os textos, sobre o assunto, do Concílio Vaticano II. Mais clara, e ainda mais significativa, a admissão feita na "Declaração Sobre Alguns Pontos da Ética Sexual", emanada pela Congregação Romana da Doutrina e Fé, com o aval de Paulo VI, em 1975. Tal Declaração, embora considerada por alguns muito atrasada em matéria de sexualidade, reconhece, desde as primeiras linhas, que "A pessoa humana, segundo os dados da pesquisa científica contemporânea, é tão profundamente afetada pela sexualidade, que esta deve ser considerada como um dos fatores que conferem à vida de cada um dos indivíduos os traços principais que a distinguem. É do sexo, efetivamente, que a pessoa humana recebe aqueles caracteres que, no plano biológico e espiritual, a fazem homem e mulher, condicionando por isso, em grande escala, a sua consecução da maturidade e a sua inserção na sociedade".

Com essas indicações sumárias pretendemos demonstrar como pode-se — também hoje — partir dos princípios antigos para construir uma sólida A. F., mas só a condição de que a abertura e disponibilidade às críticas e contribuições novas das ciências, da filosofia e dos próprios documentos eclesiais vençam os fanatismos, endurecimentos e recusas em adotar e pôr em prática o lema do presente Congresso: "Vetera novis augere et perficere".

Objetiva e concreta

Entendemos por objetiva uma A. F. que não se deixe desviar por elementos estranhos à própria realidade do homem, como seriam o interesse, a paixão, o servilismo para com credos e regimes políticos, as opiniões, não testadas, dos outros, as ideologias etc.; mas que procura, com sinceridade e disponibilidade, a verdade objetiva sobre o homem, seja ela qual for. É justamente esta objetividade visada pela fenomenologia de E. Husserl. Com efeito, todo o mundo sabe que o fundamento metodológico desta corrente de pensamento é: "Zu den Sachen selbst: ir diretamente às coisas". Ver, olhar as coisas de frente, na cara, sem intermédios, espelhos e truques. Este método implica negativamente uma atitude completamente independente e, portanto, senão o repúdio, o abandono do que foi dito, escrito, aceito na base da autoridade, do senso comum, de hipóteses científicas não bem determinadas, de sistemas filosóficos abstratos, da tradição, da linguagem, dos costumes etc., antes que tudo isso seja submetido à reflexão pessoal. Positivamente, a exigência de "ir às coisas" realiza-se pela análise serena, desinteressada, leal, que anatomiza, explicita, revela o dado em todos os seus aspectos, seus pressu-

postos, suas implicâncias, suas conseqüências e o aceita como é. É este ponto de partida que constitui um dos motivos mais válidos e mais influentes da fenomenologia.

Esta exigência de objetividade está presente no filósofo Karol Wojtyła, que estudou extensa e profundamente a fenomenologia, e perdura no Papa João Paulo II, que a realça em todos os seus pronunciamentos sobre o homem. Por exemplo, no discurso, já citado, da abertura da Conferência de Puebla, em janeiro de 1979. Os bispos participantes dela traduziram de forma muito feliz seu pensamento da seguinte maneira: "Diante dessa realidade (latino-americana), a Igreja quer manter-se livre com relação aos dois sistemas opostos (o liberalismo capitalista e o coletivismo marxista), para *optar só pelo homem*. Quaisquer que sejam as misérias ou sofrimentos que aflijam o homem, não será através da violência, dos jogos de poder, dos sistemas políticos, mas mediante a verdade sobre o homem, que a humanidade encontrará seu caminho para um futuro melhor".

Há, nessa tomada de posição, um programa simples, mas árduo, também para o filósofo cristão: *optar só pelo homem* e buscar sua verdade, encostando intermediários, sobretudo as ideologias. Nunca se anatematizaram tanto as ideologias e nunca fomos tão dominados por elas como em nosso tempo. Fascismo, nazismo, nacionalismo, a doutrina da segurança nacional, como é entendida em muitos países da América Latina, a própria religião, quando reduzida a uma seqüência de silogismos ou assumida como bandeira para cruzadas supostamente ou hipocritamente santas, sem referência à palavra revelada, e ao "espírito e verdade", que constituem sua alma, são ou tornam-se ideologias. E ideologias perigosíssimas. As ideologias são insuprimíveis, até podem tornar-se úteis, quando perseguem ideais nobres e são reconhecidas como tais, isto é, como sinaleiras e estímulos, sem pretensão de esgotar a verdade e oferecer a panacéia de todos os males. Mas quando são absolutizadas levam à cegueira, ao fanatismo, ao ódio e morte.

Temos, portanto, que operar uma conversão, nos exercer na ascese intelectual, praticar a dúvida e suspeita em nosso trabalho antropológico: a conversão pregada por Bacon — lembrem-se os famosos "*idola tribus, specus, fori, theatri*" —, também por Leonardo da Vinci e Galileu Galilei, para os quais não era a auto-riedade que valia, mas o estudo direto da natureza. A ascese ensinada por Edmundo Husserl, pai da fenomenologia, e todos os autênticos cientistas, em renunciar aos preconceitos e opiniões sentimentadas, encrustadas em nosso espírito, para aceitar só o testemunho da experiência. A dúvida e suspeita, das quais foi pioneiro Descartes e nos deram exemplos marcantes Marx, Freud, Lévi-Strauss etc. Não se trata de recusar "*a priori*", mas de exa-

minar e testar “as autoridades em matéria”, os próprios ditados do “bom senso”, e até as evidências imediatas. “A natureza ama esconder-se”, dizia já um grande pensador pré-socrático (Heráclito).

Aliás, algumas das maiores descobertas científicas foram devidas à recusa de evidências, que pareciam irrefutáveis. Haverá algo de mais evidente do que o movimento do Sol ao redor da Terra? Pois bem, a verdade, hoje conhecida até pelas crianças, é de que acontece exatamente o contrário: a Terra é que gira em redor do Sol. Tudo isso nos adverte seriamente da necessidade de procurar o conhecimento do homem em atitude de busca da realidade objetiva e de fidelidade ao que ela nos apresenta.

Tarefa difícil! Difícil em qualquer campo de pesquisa, difícil principalmente nas pesquisas sobre o homem. Porque, para adotar a terminologia de G. Marcel, aqui não estamos diante de um simples problema, mas de um “meta-problema”, de um “mistério”. No problema — segundo a distinção marceliana — o objeto da pesquisa e todos os dados a ele referentes estão diante de nós. Mas o meta-problema é um problema em que o objeto e seus dados não estão inteiramente diante de nós, porque implicam o próprio sujeito problematizante. Assim, quando me pergunto sobre o ser, não posso deixar de lado o meu próprio ser. “Eu, que me interrogo sobre o ser, sou? Quem sou? Como existo? Como sei que existo?” Assim, se me pergunto sobre a consciência, só posso responder através da consciência de minha consciência! Talvez por isso Heidegger declarasse que nunca como em nosso tempo acumulamos — através das ciências humanas — tantos dados sobre o homem, e nunca soubemos menos o que ele é.

Aliás, o aspecto subjetivo, meta-problemático, do conhecimento humano não é específico do conhecimento antropológico, mas — parece — de todo saber. É só lembrar Kant. Claro que nós não somos kantianos. Mas não sei se haverá tempo ou gênio que consiga varrer inteiramente da história da filosofia a intuição fundamental de Kant.

Não são somente os filósofos que chamam a atenção para o aspecto subjetivo de nosso conhecimento da realidade em geral. Os cientistas também, que até pouco tempo consideravam delírio dos filósofos a insistente problemática — central na filosofia moderna — da objetividade do conhecimento, hoje em dia são muito mais reservados neste ponto.

Feitas essas ressalvas, sustentamos que o caminho mais seguro — não único, evidentemente — para conhecer objetivamente a realidade humana, escondida sob e atrás das aparências, é antes de tudo a ciência autêntica, honesta, modesta. É ela que primeiramente nos pode descobrir a estrutura e situação concretas do

homem, sua diversa formação segundo os diversos lugares e classes, sua evolução em melhor ou pior, seu futuro mais ou menos previsível.

Evidentemente uma antropologia, se quiser ser filosófica, não poderá limitar-se aos dados científicos. As ciências exatas, e suas aplicações mais audazes no campo da cibernética, poderão contribuir enormemente para o conhecimento do homem enquanto ser físico e biológico, mas nunca darão conta do homem como ser espiritual. O homem não é reduzível a uma máquina nem a um animal qualquer. O espírito e suas manifestações devem ser estudados com métodos diversos dos métodos das ciências naturais. A ciência tem que reconhecer lealmente seus limites, que não são impostos arbitrariamente por alguma autoridade ou tabu, mas pela observação objetiva da realidade humana, como o testemunham os melhores cientistas, por exemplo, Einstein e Heisenberg.

Tudo isso nos leva à conclusão de que não é possível elaborar uma A. F. satisfatória sem levar em conta os dados da ciência, contanto que analisados e penetrados pela reflexão filosófica: nos leva à conclusão da necessidade de diálogo entre cientistas e filósofos. Dele, suposto que se realize num clima de simpatia, honestidade, profundidade, cientistas e filósofos sairão enriquecidos. O cientista se convencerá que quanto mais ele penetra na estrutura do homem, tanto menos estará próximo de explicá-lo. Consequentemente experimentará cada vez mais a necessidade da reflexão em profundidade do filósofo. De outra parte o filósofo ganhará muito na familiaridade com os cientistas e suas obras. Não porque a ciência lhe ofereça pronta a solução dos seus problemas. Muito pelo contrário, num certo sentido os tornará mais complexos. Mas ele perceberá que não pode contentar-se com um verbalismo vazio, com fórmulas já feitas, com distinções estereotipadas: a realidade muitas vezes escapa aos silogismos mais impecáveis; a dedução pode começar somente quando fundada numa indução (observação e experimentação) adequada. O filósofo, pois, aprenderá do cientista a ser mais cauteloso, mais atento, mais penetrante em suas pesquisas. Ao mesmo tempo receberá dos cientistas um material precioso para suas especulações sobre a natureza, as propriedades e leis da matéria e do espírito. Talvez haja um pouco de exagero, mas costumamos dizer que a ciência representa para a filosofia o que é a Bíblia para o crente, e que uma filosofia construída sem bases científicas é tempo perdido. Ninguém, a não ser um louco, pensaria em lançar um foguete ao espaço fora da base de lançamento; para os vãos dos filósofos, a plataforma de lançamento é a ciência em sua contínua evolução.

Neste diálogo entre ciência e filosofia, haverá outra utilidade. A ciência levará o filósofo a considerações mais concretas e também mais circunstanciadas no tempo e no espaço. Por exemplo, se um filósofo da América Latina for mais atento à história e sociologia, não poderá deixar de encontrar-se com situações humanas, que embora não valham para todos os tempos e lugares, não deixam de plasmar um certo tipo de homem, que não coincide com os estereótipos que recebemos da Europa e dos Estados Unidos. Penso neste momento nos marginalizados! Será que sua presença nos países do 3.º mundo não impõe, sobretudo aos filósofos cristãos, uma antropologia da marginalidade? Ora, qual é o filósofo que se ocupou seriamente com ela? Encontram-se estudos de políticos, economistas, sociólogos, religiosos: mas os filósofos cristãos que importância deram a este fenómeno tão extenso, deplorável e inumano?

Prática e dinâmica

Uma A. F. concreta não deixará de ser prática. Aliás, ela deve ser prática. Célebre a XI tese de Marx sobre Feuerbach: "Os filósofos até agora têm-se contentado em *interpretar* o mundo, de diversas maneiras: mas o que interessa é *mudar* o mundo". Também muito expressiva a comparação de Kierkegaard, pai do existencialismo, da frequente contradição entre pensamento e vida dos filósofos: "Acontece em geral que vivam e se movam em sua vida prática com categorias completamente diversas das que usam em sua especulação (...) Como se alguém se construísse um enorme castelo e depois se retirasse a viver em um barraco". Uma autoridade menos filosófica, mas mais universal, é a do Concílio Vaticano II, que em seu Documento principal "Gaudium et Spes", número 55, declara solenemente: "Testemunhamos o nascimento de um novo humanismo, no qual o homem se define, em primeiro lugar, por sua responsabilidade perante os seus irmãos e a história".

Citamos três autoridades, representantes das três correntes filosóficas, que dominaram o cenário filosófico destas últimas décadas: o marxismo, o existencialismo, o cristianismo. Como se vê, apesar de suas profundas e múltiplas divergências em explicar o mundo e o homem, todas elas insistem sobre o papel da práxis em relação à teoria, até considerar mutilado o sistema que não integrasse a si a práxis correspondente.

Inútil deter-se em provas e explicações desta afirmação para quem tenha só um conhecimento superficial do marxismo e existencialismo, embora a práxis do marxismo seja bem diferente do compromisso ou engajamento existencialista. Alguém poderia ter alguma dúvida quanto ao cristianismo, que tradicionalmente em

sua filosofia e teologia oficial — a tomista — atribui o primado à contemplação sobre a ação. Acontece que os mais recentes pensadores cristãos, por exemplo, M. Blondel, J. Maritain, Teilhard de Chardin e outros, vêem a ação necessariamente conexa com a especulação. Tomemos o pensamento de Karol Wojtyła. Sua obra mais conhecida é: "Amor e Responsabilidade". Mas a obra mais significativa, do ponto de vista filosófico, e que o próprio autor considerava mais empenhada e original, é a que leva o título: "Pessoa e Ato". Ora, a tese central deste livro, como já insinuado pelo título, é justamente de que é a práxis que nos revela a pessoa. "São os atos humanos que nos permitem penetrar de forma peculiar a estrutura da pessoa." Mais ainda: é por seus atos — sobretudo pela autodeterminação — que a pessoa se constrói e se realiza. Daí o Autor considerar indispensável para toda A. F. que o ponto de partida seja a experiência da práxis.

Para nós, ela é o ponto de partida e o ponto de chegada. Ponto de partida. Que outro caminho pode haver para conhecer a natureza da pessoa a não ser seu modo de comportar-se, agir, produzir? Ponto de chegada. Uma A. F. que se contentasse com o puro conhecimento da pessoa, sem nenhuma preocupação de ordem prática, resultaria num trabalho estéril, alienante e, provavelmente, falso. Porque é a práxis que comprova a verdade da teoria. Quantas teorias aparentemente perfeitas, planos soberbos, ideais generosos desmoronaram inesperadamente ao tentar-se sua aplicação prática. Em filosofia, a práxis está à teoria, como na ciência a experimentação está à hipótese. O próprio marxismo — a filosofia da práxis por excelência — é uma demonstração dessa verdade. Marx avaliava a teoria pela práxis. Onde esta práxis — por qualquer motivo — lhe faltou, como, por exemplo, na determinação das causas e condicionamentos próximos da revolução proletária, aí a teoria falhou clamorosamente.

Essas considerações de ordem histórica e operativa poderiam ser confirmadas por reflexões de ordem metafísica. Por exemplo, pela análise dos conceitos: ser, pessoa, conhecimento. Mas, como estas considerações foram feitas em outros tempos e publicações, a elas remetemos o estudioso interessado.

Está na hora de chegar a uma conclusão destas observações preliminares. Qual, então, a tarefa concreta, o objetivo prático da A. F.? Partimos do postulado — que, aliás, poderia ser facilmente demonstrado — de que os homens em sua generalidade não conseguiram ainda sua perfeita — relativamente — auto-realização, porque não conseguiram ainda libertar-se inteiramente da escravidão, da miséria e da opressão. Isso vale para os povos subdesenvolvidos e — em diversa medida — também para os desenvolvidos. O pior é que, parece, quanto mais os homens ganham

em progresso material e econômico, tanto mais perdem em riqueza espiritual e liberdade.

Qual a contribuição da A. F. para a libertação total do homem? Para criar uma sociedade mais justa e mais humana? A nosso modo de ver, ela deveria, partindo das análises e pesquisas sociológicas, econômicas, políticas etc., identificar em profundidade as causas últimas, as raízes subterrâneas que levaram e mantêm o homem neste estado — quando não o agravam — de alienação ou de pré-história, como diria Marx. É o pecado original, como dizem os cristãos? É a propriedade privada dos meios de produção, como afirmam os marxistas? São os conflitos psicológicos, que desvelam os psicanalistas? É a própria natureza do homem, egoísta e inimigo do seu irmão: o homem para homem lobo? Qual destas causas ou outras possíveis, indicadas pelos estudiosos e sábios? Ou são todas elas juntas que conspiram contra o homem? E, como a alienação e opressão é diversa para os diversos países e classes, quais as causas específicas da servidão e situação inumana da grande maioria dos homens do 3.º mundo? Dos marginalizados em particular? Claro que descobrir as causas não é sanar a situação. Mas é o primeiro passo, uma condição indispensável para mudá-la. E, mais uma vez, aqui se percebe que o filósofo não deve especular no vazio de silogismos abstratos, mas fundamentado nos dados concretos que lhe oferecem as ciências particulares e sua própria observação. Dele se espera que, numa visão mais global e mais penetrante, consiga detectar melhor a origem das distorções e iniquidades que afligem a humanidade.

Ao mesmo tempo se espera dele que, em virtude desta avaliação mais profunda e geral da situação alienada do homem, indique com objetividade e perspicácia os remédios mais eficazes para sair da mesma. Que julgue com imparcialidade e corajosamente a responsabilidade de pessoas, grupos e atividades e, conseqüentemente, esclareça o que fazer. Diversas foram as receitas que, ao longo da história, foram propostas para transformar a situação dominante e criar um mundo novo e um novo homem. Muitas delas fracassaram ao primeiro contato com a realidade, outras estão sendo experimentadas, outras estão ainda em elaboração. Ao filósofo cabe analisar e avaliar estas tentativas de um ponto de vista superior, à luz dos valores supremos da existência humana. São as próprias sumidades da ciência contemporânea, que, expressando sua profunda preocupação em relação aos progressos da ciência, que aos poucos levarão ao controle quase total da humanidade, dos povos e dos indivíduos, apelam para a colaboração dos pensadores. Então, pergunta-se um Einstein, o pai da relatividade; um Heisenberg, o descobridor do indeterminismo; um N. Wiener, o fundador da cibernética: quem terá o controle dos

controladores e engenheiros da sociedade e das pessoas, e de acordo com que valores? Porque mais importante do que o "know-how" é o "know-what", como eles reconhecem. Ora, ao "know-how" responde a ciência; ao "know-what" responde a filosofia. Longe de nós estimar que está nas mãos dos filósofos a libertação do homem. Mas insistimos em que sua principal preocupação deve ser justamente essa. Num empreendimento de tanta envergadura e importância qualquer contribuição, por limitada e humilde que seja, é sempre bem-vinda e proveitosa.

Acontece que o estudo das causas, também em profundidade, dos meios, também mais eficazes, fica ainda teoria, embora orientada para fins práticos, ou, querendo usar a terminologia althusseriana, fica ainda uma prática teórica. Não é ainda um *fazer*, um *agir*, no sentido comum da palavra, um arregaçar as mangas e sujar as mãos, se é lícito recorrer à gíria. É este *fazer*, de que falamos acima, fundamento e critério da verdade da teoria. Portanto, precisa engajar-se, lutar, sacrificar-se pela causa do homem, cada um segundo sua vocação e possibilidade. É a condição indispensável para descobrir as verdadeiras causas e acertar os meios mais condizentes à libertação do homem.

Além de constituir-se num estímulo para os outros. Porque hoje em dia os homens não acreditam mais ou bem pouco nas palavras, mas nos fatos. Dedicar-se, sofrer e morrer por uma causa, convence muito mais do que qualquer análise, exortação, pregação. O santo, o herói não é preciso que falem: basta que existam e operem, como dizia Bergson. Os evangelistas do marxismo — Marx, Engels, Lenin, Stalin e Mao-Tsé-Tung — foram todos, além de intelectuais, homens de ação. E foi na ação e pela ação que forjaram e aperfeiçoaram suas teorias.

Aliás, por que recorrer a esses exemplos? Sócrates, que pode considerar-se o pai da cultura ocidental, não deixou nada escrito. Nunca se trancou num quarto a compor tratados de filosofia, nunca se fechou numa sala de aula para ministrar bem elaboradas preleções. Mas transmitiu um exemplo concreto de existência autêntica, que vale por mil bibliotecas. Com efeito, por sua personalidade, seus costumes, sua atividade e sobretudo pela dignidade com que viveu, sofreu a prisão, aceitou a morte, ofereceu à humanidade um ideal de nobreza, grandeza, coragem, que fazem de Sócrates uma das maiores figuras humanas de todos os tempos, sugestiva também para nós, homens do século XX.

E Cristo, mesmo considerado como simples homem, também Ele não deixou nada escrito. Mas haverá uma personagem na história que tenha contribuído mais do que Ele para a libertação dos homens? Costuma-se afirmar que o Evangelho é essencialmente uma mensagem de amor. Isso é verdade. Mas esta mensagem

de amor foi acompanhada por outra, que a condiciona: a da libertação. Não é possível, com efeito, praticar o amor que Cristo quis instaurar entre os homens, sem uma prévia conversão íntima do sujeito humano e uma conseqüente transformação profunda das estruturas sociais. Neste sentido — e só neste sentido — pode-se dizer que Cristo foi revolucionário e até o maior revolucionário da história. Porque ninguém sacudiu as consciências tão intensamente quanto Ele. Ora, a libertação interior é a condição e o princípio da libertação exterior. Numa sociedade dominada pela opressão moral e pelo medo, Cristo levanta a bandeira da liberdade espiritual e do amor. E foi esta pregação, esta ação prática que fez de Cristo o máximo líder da humanidade. Somos profundamente convencidos de que tudo o que de bom e de positivo se encontra na obra de Marx, está contido explícita ou implicitamente nos Evangelhos. Evidentemente estamos falando de princípios, sementes, sugestões e atos práticos e libertadores: não de análises científicas e teorias econômico-sociais, que em vão procuraríamos nos Evangelhos.

Aliás, dando um salto no tempo, os maiores humanistas destas últimas décadas são homens mais de ação do que de estudo. Dedicamos uma nossa singela publicação, já citada: "Humanismos e Anti-Humanismos" à memória de Gandhi, Luther King e João XXIII. Pois bem, foi mais pela vida e pela ação do que por seus escritos e pregações, que deram tão valiosa contribuição para a libertação, respectivamente do domínio colonial, da discriminação racial, dos preconceitos religiosos.

Com isso não queremos subestimar a teoria ou a filosofia: afirmamos unicamente que a teoria sem a práxis é mutilada e a maioria das vezes alienante. Parece-nos certa a colocação marxista de que a teoria sem a práxis é estéril, bem como a práxis sem a teoria é cega.

NOTA

Urgência de uma A. F. cristã, realçada pelos documentos e autoridades eclesiais

A Igreja, desde seus primórdios e a exemplo de Cristo, seu Fundador, sempre se ocupou com o homem. Mas nunca, como nestes últimos anos, os Papas e os Documentos eclesiais insistiram tanto sobre a necessidade de elaborar uma A. F. atualizada, nunca colocaram o homem em tanto destaque no âmbito da missão e atividade da Igreja. Não se pense que isso tenha acontecido por pura influência da cultura do tempo ou por vão desejo de popularidade. A razão principal é que a Igreja vê numa A. F.

solidamente fundada um dos mais eficazes caminhos para transmitir sua mensagem e ao mesmo tempo uma das bases mais seguras para firmar sua doutrina.

Concílio Vaticano II

É interessante notar que um dos principais documentos do Concílio Vaticano II, aquele que mais atraíu as atenções do mundo leigo, a Constituição Pastoral "Gaudium et Spes", sobretudo em sua primeira parte, não passa de uma síntese — aliás muito feliz — de uma A. F. cristã, onde são considerados, à luz da razão e da fé, a condição do homem no mundo de hoje, sua dignidade, sua inserção e obrigações para com a comunidade, o sentido e o valor de sua convivência familiar e de sua atividade cultural, econômica, política e social. Que eu saiba, este é o documento oficial, de toda a história da Igreja, que melhor reúne os elementos de uma A. F., inspirada na fé cristã, capaz de falar e sensibilizar os homens do nosso tempo. Mas, evidentemente, é uma A. F. apenas esboçada.

Paulo VI

Daí, Paulo VI, na alocução com que encerrava o Concílio Vaticano II, e em diversos pronunciamentos posteriores, voltar reiteradamente sobre o assunto, até afirmar que o que resta fazer, depois do Concílio, é sobretudo "aprofundar a Teologia da Igreja e elaborar uma Antropologia Cristã que esteja ao nível do desenvolvimento das ciências humanas e dos problemas que elas põem à inteligência do crente" (Exortação Apostólica de 8 de dezembro de 1970, em Sedoc, março, 1971, p. 1058).

João Paulo II

Acontece que o atual Papa, João Paulo II, não se limita a recomendar a A. F., a está fazendo. Ou, melhor, a fez antes de ser Papa e continua fazendo-a agora, de outro modo, como Pastor e Chefe Universal da Igreja Católica. Como afirmava um estudioso da obra de Karol Wojtyla, Giuseppe Porporati, em "Rassegna di Teologia" (1979, n.º 1, p. 17): "A primeira constatação que emerge da análise... da obra de Wojtyla é que o apelativo de 'filósofo da pessoa', que lhe foi atribuído de diversas partes, resulta confirmado plenamente. Com efeito, ele se mostrou, em sua atividade como homem de filosofia e cultura, um autêntico humanista, convencido e apaixonado defensor de um humanismo *personalista, interior e espiritual*". E termina citando as palavras do teólogo francês, Henry de Lubac, que no prefácio à tradução francesa do

livro "Amor e Responsabilidade", de autoria de Wojtyla, define a obra: "Uma antropologia completa, coerente e aprofundada".

Que realmente o atual Pontífice tenha sido sempre e continue sendo, segundo a expressão do mesmo de Lubac, "um homem preocupado pela sorte do homem", o demonstram suas alocuções e discursos como Papa (cfr. em particular o discurso do dia de sua coroação em Roma, em 22 de outubro de 1978; o discurso da Abertura da Conferência de Puebla, em 28 de janeiro de 1979 e o programático discurso à ONU, em 2 de outubro de 1979), e sobretudo a primeira Carta Encíclica do seu pontificado "O Redentor do Homem", publicada no dia 4 de março de 1979. Nela, João Paulo II chega a afirmar, com um vigor e audácia, que achamos inéditos no magistério eclesiástico: "O homem, na plena verdade da sua existência, do seu ser pessoal e, ao mesmo tempo, do seu ser comunitário e social (...), este homem é o primeiro caminho que a Igreja deve percorrer no cumprimento de sua missão; ele é a *primeira e fundamental via da Igreja* (...). Via que se encontra, de certo modo, na base de todas aquelas vias pelas quais a Igreja deve caminhar" (n.º 14).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Cassirer, E., *Antropologia Filosófica*. São Paulo, Mestre Jou, 1972.
Dalle Nogare, P., *Humanismos e Anti-Humanismos*. Petrópolis, Vozes, 5.ª ed., 1979.
Dubos, R., *Um Animal tão Humano*. São Paulo, Melhoramentos, 1974.
Dufrenne, M., *Pour l'homme*. Paris, Seuil, 1968.
Heisenberg, W., *A Imagem da Natureza na Física Moderna*. Lisboa, Enciclopédia LBL.
Heisenberg, W., *Diálogos Sobre La Física Atômica*. Madrid, Biblioteca de Autores Cristãos, 1972.
Hiller, E., *Humanismo e Técnica*. São Paulo, Herder, 1968.
Huizinga, J., *Homo Ludens*. São Paulo, Perspectiva, 1971.
Jolif, J. Y., *Compreender o Homem*. São Paulo, Herder, 1970.
Kahn, H. e Wiener, A. J., *O Ano 2.000*. São Paulo, Melhoramentos, 1969.
Langer, S. K., *Filosofia em Nova Chave*. São Paulo, Perspectiva, 1971.
Luijpen, W., *Introdução à Fenomenologia Existencial*. São Paulo, E.P.U., 1973.
Marias, J., *Antropologia Metafísica*. São Paulo, Duas Cidades, 1971.
Ortega y Gasset, J., *O Homem e a Gente*. Rio de Janeiro, Livro Ibero-Americano, 2.ª ed., 1973.
Overhage, P., *Experimento Humanidade*. Petrópolis, Vozes, 1970.
Mouroux, J., *Vocação Cristã do Homem*. São Paulo, Editora Flamboyant, 1961.
Wiener, N., *Cibernética e Sociedade: O uso humano de seres humanos*. São Paulo, Cultrix, 1968.
Wojtyla, K. (João Paulo II), *Amor y Responsabilidad*. Madrid, Editorial Razon y Fe, 1969.